

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$1,00

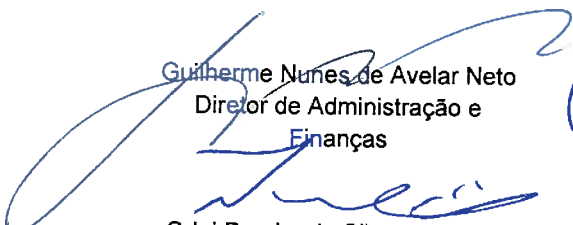
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	147.098.681,71	1.186.297,64
Pessoal Ativo	133.089.117,73	842.147,87
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.160.829,41	24.405,69
Outras Despesas de Pessoal Dec. de Contr.Terc.(§1º art.18 da LRF)	2.848.734,57	319.744,08
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	2.157.093,53	8.972,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.145.294,11	8.972,71
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	11.799,42	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	144.941.588,18	1.177.324,93
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		146.118.913,11

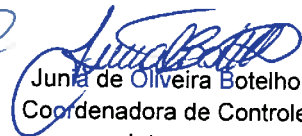
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA – RCL (V)	8.928.980.051,85
% DO DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,64%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <6%>	535.738.803,11
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <5,7%>	508.951.862,95
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <5,4%>	482.164.922,80

Fonte: SECCOC


Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

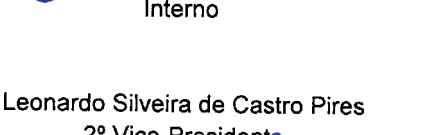
- a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, no termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.


 Guilherme Nunes de Avelar Neto
 Diretor de Administração e
 Finanças

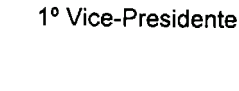

 Junia de Oliveira Botelho
 Coordenadora de Controle
 Interno


 Henrique Higido Braga
 Presidente


 Orlei Pereira da Silva
 1º Vice-Presidente


 Leonardo Silveira de Castro Pires
 2º Vice-Presidente


 Nelí Pereira de Aquino
 Secretária-Geral


 Juliano Lopes Lobato
 1º Secretário


 Carlos Magno Pereira de Freitas
 2º Secretário